



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司



Demonstrações
Financeiras **2023**





STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH ou Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A COMPANHIA

A State Grid Brazil Holding constitui uma das principais empresas de transmissão de eletricidade do Brasil. Com sede no Rio de Janeiro instalou-se no país em 2010 a partir do interesse e conhecimento da State Grid Corporate of China (SGCC). Desde então investimos mais de R\$ 30 bilhões na operação e construção de mais de 16 mil quilômetros de linhas de transmissão em 13 estados do País.

Nossas instalações conectam usinas geradoras e distribuidoras de eletricidade, compondo cerca de 10% da malha elétrica do país. A SGBH realiza esse desafio de levar eletricidade aos consumidores sendo constituída por 24 empresas concessionárias de transmissão e uma empresa de Serviços de Engenharia e está organizada em 5 regionais, com 842 colaboradores, entre brasileiros e chineses.

Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China que foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Além do Brasil, a SGCC também possui filiais no Chile, Portugal, Itália, Grécia, Omã, Filipinas, Hong Kong e Austrália, além de outras operações nos EUA, Venezuela, Índia e Rússia e alguns países da África. Ao todo, são mais de 1,6 milhão de funcionários em todo o mundo.

2) NEGÓCIOS NO BRASIL

Desde sua chegada no Brasil, a **SGBH** adquiriu participação de 100% em 19 concessionárias do serviço público de transmissão de energia, 100% em 1 empresa de prestação de serviços e gerenciamento de atividades de engenharia e 51% de participação com controle conjunto em 5 companhias conforme abaixo:

Controladas Participação de 100%			Controladas em conjunto Participação de 51%		
ETEE	RPTE	MRTE	Matrinchá		
ETIM	SPTE	LTMC	Guaraciaba		
ITE	Iracema	ACTE	LNT		
PPTE	Catxerê	XRTE	Paranaíba		
SMTE	Araraquara	CNTE	Belo Monte		
PCTE	Itatim	PRTE			
STE	SGSE				

Razão social

- Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE")
- Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A. ("ETIM")
- Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")
- Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")
- Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")
- Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")
- Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")
- Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")
- Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")
- Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxere")
- Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")
- Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")
- Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")
- Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE")
- Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. ("LTMC")
- Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")
- Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE")
- Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia ("PRTE")
- State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE")
- Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("STE")
- Matrinchá Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchá")
- Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba")
- Luiziana Niquelândia Transmissora S.A. ("LNT")
- Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba")
- Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte")

	2023	2022
Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação	10.250	10.196
Extensão das Linhas em operação:	10.094	10.040
Extensão das Linhas em construção:	156	156

	2023	2022
Subestações próprias:	23	20
Subestações acessadas:	60	51

Parcerias

Além de seus investimentos diretos, a **SGBH** alcançou importantes conquistas com parceiros no Brasil:






- Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") venceu o Leilão 06/2011 e constituiu a Luiziana Niquelândia Transmissora S.A. ("Luiziana"), possuindo participação societária de 51%. Este lote é composto pelas expansões da Subestação Niquelândia e da Subestação Luiziana. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luiziana em 09 de junho de 2014 e SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.
- Em 2012, em parceria com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel"), venceu 2 lotes do Leilão 002/2012 e constituiu a Matrinchá Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchá") e Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"), possuindo 51% de participação societária em cada uma dessas empresas. A Matrinchá assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10/05/2012 e todos os trechos já estão em operação, sendo o último em 29/07/2016. A Guaraciaba, por sua vez, assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 e durante o exercício de 2017 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016.
- Ainda em 2012, venceu o lote G do Leilão 007/2012 em parceria com Furnas e Copel, e constituiu a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"), também possuindo 51% de participação societária. A Paranaíba concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013. Em janeiro de 2017 houve a conclusão da implantação da totalidade do projeto.
- Em 2014, em parceria com Furnas e Eletronorte, venceu o Leilão 011/2013, e constituiu a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte"). O período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém o Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

	2023	2022
Total de extensão de linhas em km em investimentos com 51% de participação	5.842	4.657
Extensão das Linhas em operação:	5.842	4.657

	2023	2022
Subestações próprias:	7	7
Subestações acessadas:	11	11

3) NOVOS EMPREENDIMENTOS

Em 2021, após a impugnação da empresa vencedora do Leilão 001/2020, a SGBH é convocada pela ANEEL para assumir o projeto de construção da subestação Silvânia e a linha de transmissão para conexão com a subestação Trindade. Desta forma, no exercício de 2022, a SGBH esteve dedicada à implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE) e às obras de ampliação das infraestruturas já existentes (Greenfield). A LT e a SE Silvânia entraram em operação no final de 2023. Dentre as construções em andamento além da STE, destacamos as obras de 5 projetos de expansão, os quais descrevemos aqui:

 IRACEMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	• IRTE - SE MILAGRES II
 Montes Claros LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.	• LMTC - SE PADRE FIALHO
 SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	• SMTE SE LUZIÂNIA SE PARACATU 4 - 6º bay SE PARACATU 4 - 7º bay e 3ºTF 500/138 kV
 ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	• ATE - SE ARARAQUARA
 PORTO PRIMAVERA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	• PPTE - SE NOVA PORTO PRIMAVERA

4) DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia controla e relata seus resultados econômico-financeiros com transparência, prezando pela qualidade das informações disponibilizadas para acionistas, bancos, órgãos regulamentares e investidores. A Diretoria Financeira promove o constante aprimoramento de seus controles internos e todas as empresas tiveram seus balanços societários e regulatórios verificados por auditor externo independente. Para fins de demonstrações financeiras, apresentamos os seguintes valores básicos:

	(em reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total do Ativo	19.850.761.073	18.211.499.642	32.847.789.610	30.956.710.363
Total do Passivo	193.104.900	5.589.753.376	13.190.133.437	18.334.964.097
Patrimônio líquido	19.657.656.173	12.621.746.266	19.657.656.173	12.621.746.266
Lucro líquido do exercício	2.150.013.702	2.221.568.322	2.150.013.702	2.221.568.322

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado.

O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

5) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Disposmos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Risks"), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes.

Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código e Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento.

Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa.

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pilulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

O time de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto à Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pela SGBH, que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

Destacamos alguns dos projetos culturais e sociais nos quais a State Grid participou:

Orquestra Maré do Amanhã

O Grupo investe na Orquestra Maré do Amanhã desde 2012. Com cerca de quatro mil beneficiados, o projeto oferece ensino de música clássica, em escolas públicas, para jovens de 4 a 19 anos moradores da comunidade da Maré no Estado do Rio de Janeiro.

O Jardim da Vida

Exposta no Centro Cultural dos Correios, no Rio de Janeiro - RJ, a exposição multimídia exibiu mostras de vídeo das regiões ribeirinhas que cercam a cidade de Altamira e sons envolventes da floresta amazônica.

Exposição China - Tradição e Modernidade

A exposição apresentou, pela primeira vez no Brasil e na América Latina, um acervo diversificado, dinâmico e, principalmente, contextualizado da arte contemporânea chinesa.

Craque do Amanhã

O projeto "Craque do Amanhã", criado em 2012, tem como objetivo oferecer um programa esportivo que ofereça atividades físicas e psicológicas, promover desenvolvimento físico, psicológico e social por meio do esporte e melhorar a qualidade de vida de cerca de 400 crianças e adolescentes carentes e em vulnerabilidade social, entre 8 e 17 anos, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Utiliza o esporte como principal ferramenta impulsionadora da construção de valores em prol da promoção social, focando na construção de valores, cidadania, ética e no fortalecimento da identidade cultural, local e de gênero.

Hospital Pequeno Príncipe

Apoiamos o Hospital Pequeno Príncipe, que é o maior hospital pediátrico do Brasil, desde 2015. Localizado em Curitiba - PR, disponibiliza até 70% de sua capacidade para atendimento SUS e realiza, anualmente, mais de 300 mil consultas médicas, 900 mil exames, 21 mil cirurgias e 250 transplantes em crianças e adolescentes de todo o país.

Casa de Ciência de Minduri (CEPEM)

O espaço busca oferecer condições do desenvolvimento econômico e social em Minduri-MG e, para isso, oferecerá diferentes cursos em ciência, educação e cultura. O projeto da SGBH contribui com a reforma do CEPEM e a aquisição de equipamentos para as salas de Experimento, Audiovisual e Laboratório de Computadores, bem como o oferecimento de cursos de capacitação por 24 meses. Além disso, o entorno da área do CEPEM está sendo reforestado.

8) TREINAMENTO, RELACIONAMENTO TÉCNICO E CERTIFICAÇÕES

No Grupo, os treinamentos são oferecidos em três categorias: técnicos, liderança e segurança. Nossas equipes de campo recebem treinamentos internos sobre os procedimentos de operação e manutenção dos sistemas que atendem às exigências do ONS, segundo os requisitos aprovados pela ANEEL. Em 2023 totalizamos 12.213 horas de treinamento técnico, sendo dessas, 343 horas de treinamentos em temas como ética e compliance, prevenção ao assédio moral e sexual e combate à fraude e corrupção.

Em saúde e segurança ocupacionais, seguimos os treinamentos básicos, como primeiros socorros e prevenção de acidentes, assim como os colaboradores são treinados em conteúdos voltados aos trabalhos com redes elétricas e capacitações específicas. Em 2023 totalizamos 32.884 horas de treinamentos de segurança.

Com o objetivo de aprimorar ainda mais as nossas práticas, fomos certificados em 2022 nas ISOs 9001 e 52002, e em 2023 tivemos o sucesso com novas auditorias e obtivemos a certificação de manutenção em 2023 (1º ano do ciclo), demonstrando assim a eficácia da gestão de qualidade e gestão de inovação da SGBH. Fomos a primeira empresa do setor elétrico a aderir à norma ISO 56.002, que trata de Gestão da Inovação e nos permitirá estruturar os avanços em inovação e tecnologia e, assim, tomar melhores decisões sobre os recursos financeiros destinados aos programas de pesquisa e desenvolvimento que integramos. O Departamento de engenharia da SGBH possui a ISO 9.001, que estrutura o sistema de Gestão da Qualidade de estudos e projetos de engenharia e promove a integração entre as diversas áreas envolvidas em cada atividade.

9) SERVIÇOS DE AUDITORIA INTERNA

Em 2023 o grupo teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes do Grupo exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

	Remuneração Relacionada aos Serviços de Auditoria Externa	
	2023	2022
Auditor Independente		
KPMG Auditores Independentes	1.903.376	2.823.000
Total	1.903.376	2.823.000

O grupo tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

10) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da State Grid e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024

A Administração

continua →





STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023		31/12/2022		Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		
Ativo										
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	8	111.754.941	1.357.828.083	157.242.818	1.290.081.039					
Títulos e valores mobiliários	9	600.270.306	800.360.408	-	-					
Concessionárias e permissionárias	10	-	426.062.046	-	341.611.184					
Contas a receber - partes relacionadas	20.1	1.991.384	168.999	3.011.157	568.565					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		117.788.140	252.111.606	107.363.897	186.614.649					
Outros impostos a recuperar		209.472	10.285.193	208.604	19.002.831					
Ativo de Contrato	12	-	2.680.841.490	-	2.598.938.610					
Empréstimos a receber	11	99.109.192	99.109.192	95.113.636	95.113.636					
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	270.393.486	-	-	-					
Dividendos a receber	22.4	133.816.415	130.742.017	165.388.575	162.702.101					
Outros ativos circulantes		218.411	127.893.651	1.050.784	133.400.981					
		1.335.551.747	5.885.402.685	529.379.471	4.828.033.596					
Ativo não circulante										
Títulos e valores mobiliários	8	-	242.169.337	-	207.868.493					
Ativo de Contrato	12	-	20.691.781.947	-	20.092.389.540					
Empréstimos a receber	11	504.251.035	504.251.035	579.337.444	579.337.444					
Outros ativos não circulantes		916.903	95.537.570	1.984.772	79.335.811					
		505.167.938	21.533.739.889	581.322.216	20.958.931.288					
Investimentos	13	17.601.453.055	4.526.377.976	16.691.105.410	4.248.817.485					
Propriedade para investimento	14	46.908.796	46.908.796	65.850.539	65.850.539					
Imobilizado	15	360.898.573	376.508.723	343.266.628	363.768.083					
Intangível	16	780.964	478.851.541	575.378	491.309.372					
		18.010.041.388	5.428.647.036	17.100.797.955	5.169.745.479					
Total do ativo		19.850.761.073	32.847.789.610	18.211.499.642	30.956.710.363					
Passivo										
Passivo circulante										
Fornecedores - terceiros	17	2.073.625	163.536.462	5.412.032	234.708.654					
Fornecedores - partes relacionadas	20.2	2.847.893	2.811.410	11.482.543	13.372.895					
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	427.749.225	-	403.263.497					
Empréstimos - partes relacionadas	18	-	-	18.429.352	18.429.352					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	1.980.403	127.217.729	1.980.403	137.462.286					
Outros impostos a pagar	19	11.486.690	65.312.758	7.939.338	47.090.563					
Taxas regulamentares		-	41.198.806	-	64.906.275					
Dividendos e JCP a pagar/receber	20.4	18.416.603	18.416.603	22.024.551	22.024.551					
Outros passivos circulantes		213.983	60.884.425	224.151	58.727.214					
		37.019.197	907.127.418	67.492.370	999.985.287					
Passivo não circulante										
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	7.224.954.043	-	7.274.199.576					
Empréstimos - partes relacionadas	18	-	-	5.366.626.449	5.366.626.449					
Impostos diferidos	21	155.475.516	4.992.646.614	154.072.934	4.613.778.165					
Provisão para contingências	22	610.187	28.784.877	1.561.623	30.197.301					
Outros passivos não circulantes		-	36.620.485	-	50.177.319					
		156.085.703	12.283.006.019	5.522.261.006	17.334.978.810					
Patrimônio líquido										
Capital social	23.a	14.686.218.751	14.686.218.751	9.787.203.751	9.787.203.751					
Reserva legal	23.b	441.092.677	441.092.677	333.591.992	333.591.992					
Reserva de lucros	23.c	4.014.652.755	4.014.652.755	2.191.409.048	2.191.409.048					
Reserva de incentivos fiscais	23.d	515.691.990	515.691.990	309.541.475	309.541.475					
		19.657.656.173	19.657.656.173	12.621.746.266	12.621.746.266					
Total do passivo e do patrimônio líquido		19.850.761.073	32.847.789.610	18.211.499.642	30.956.710.363					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros		Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
			Reserva de Lucros	Reserva de incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.787.203.751	222.513.576	2.076.691.817	178.967.473	-	12.265.376.617	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.221.568.321	2.221.568.321	
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 23b)	-	111.078.416	-	-	(111.078.416)	-	
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 23d)	-	-	-	129.658.953	(129.658.953)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 23e)	-	-	-	-	(19.808.310)	(19.808.310)	
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 23c)	-	-	1.961.022.642	-	(1.961.022.642)	-	
Constituição de reserva reflexa de investidas (Nota explicativa 23d)	-	-	-	915.049	-	915.049	
Distribuição de dividendos adicionais (Nota explicativa 23e)	-	-	(989.021.546)	-	-	(989.021.546)	
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 23e)	-	-	(400.000.000)	-	-	(400.000.000)	
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 23e)	-	-	(457.283.865)	-	-	(457.283.865)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.787.203.751	333.591.992	2.191.409.048	309.541.475	-	12.621.746.266	
Aumento de capital (Nota explicativa 23a)	4.899.015.000	-	-	-	-	4.899.015.000	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.150.013.702	2.150.013.702	
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 23b)	-	107.500.685	-	-	(107.500.685)	-	
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 23d)	-	-	-	200.852.707	(200.852.707)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 23e)	-	-	-	-	(18.416.603)	(18.416.603)	
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 23c)	-	-	1.823.243.707	-	(1.823.243.707)	-	
Constituição de reserva reflexa de investidas (Nota explicativa 13.2)	-	-	-	5.297.808	-	5.297.808	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.686.218.751	441.092.677	4.014.652.755	515.691.990	-	19.657.656.173	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	24	7.585.562	4.033.664.206	8.897.058	3.582.353.525
Custo da operação	25	(7.821.296)	(742.051.752)	(7.363.980)	(698.605.113)
Lucro bruto		(235.734)	3.291.612.454	1.533.078	2.883.748.412
Despesas gerais e administrativas	26	(34.685.531)	(160.779.256)	(25.655.097)	(173.851.395)
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas		(84.852)	(2.505.654)	305.935	123.672.946
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		(35.006.117)	3.128.327.544	(23.816.084)	2.833.569.963
Resultado financeiro	27	(169.613.097)	(761.578.646)	167.356.724	(556.056.259)
Receita financeira		1.001.076.734	1.107.517.031	1.513.991.161	1.616.622.160
Despesa financeira		(1.170.689.831)	(1.869.095.677)	(1.346.634.437)	(2.172.678.419)
Equivalência patrimonial	13.2	2.356.035.498	379.597.056	2.079.749.595	531.982.397
Resultado antes dos impostos		2.151.416.284	2.746.345.954	2.223.290.235	2.809.496.101
IRPJ e CSLL Correntes	28	-	(260.872.554)	-	(378.003.870)
IRPJ e CSLL Diferidos	28	(1.402.582)	(335.459.698)	(1.721.913)	(209.923.909)
Lucro líquido do exercício		2.150.013.702	2.150.013.702	2.221.568.322	2.221.568.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	2.150.013.702	2.150.013.702	2.221.568.322	2.221.568.322
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	2.150.013.702	2.150.013.702	2.221.568.322	2.221.568.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, nº 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010, tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas Notas Explicativas nºs 3 e 4. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. No dia 15 de dezembro de 2023, a SGBH sagrou-se vencedora do Lote 1 do Leilão nº 2/2023-ANEEL, relativo ao sistema de transmissão em 800kV CC, conectando Nordeste e Centro-Oeste (Bipolo Graça Aranha - Silvânia), Com Receita Anual Permitida de R\$ 1.936.529.075 (um bilhão, novecentos e trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e cinco reais), o lance representou um deságio de 39,90% em relação à oferta inicial, cuja homologação e adjudicação foi confirmada pela ANEEL em 30 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União em 5 de fevereiro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras individuais e consolidadas") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no exercício, e consideram as informações que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente individual e consolidada da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2024. **2.1 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, compensação ambiental e impostos diferidos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas anualmente. **2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3 Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais estão apresentadas a seguir:



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Os períodos de apuração e apresentação de demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As controladas têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia e têm a atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia SGSE tem como objeto social a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. O período de concessão, as características operacionais e a RAP são definidos pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	Atualização anual RAP	RAP ciclo	
					2023/2024 - R\$ (i)	2022/2023 - R\$ (ii)
ETEE	096/2000	Dezembro de 2030	52.000.000	IGP-M	175.159.491	183.350.989
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	70.384.839	70.368.334
ITE	001/2005	Março de 2035	98.747.358	IGP-M	206.973.520	216.652.831
RPTE	003/2007	Abril de 2037	18.499.800	IPCA	47.785.994	50.515.339
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	56.031.297	55.222.492
SMTE (iii)	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	99.952.036	157.518.796
SPTE	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	59.606.062	60.795.201
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	34.996.651	30.488.659
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.447.808	IPCA	80.261.588	77.222.252
PSTE	009/2005	Março de 2035	43.711.286	IGP-M	121.570.577	123.158.086
Itamim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	91.531.600	88.065.493
Iracema (vi)	002/2008	Março de 2038	13.756.800	IPCA	44.414.589	33.065.368
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	22.412.169	21.563.468
ACTE	016/2010	Dezembro de 2040	6.420.440	IPCA	19.210.129	18.482.683
LTMCT (v)	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IPCA	67.327.829	54.688.667
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	1.639.635.068	1.577.545.572
CNTE	016/2016	Agosto de 2046	58.212.631	IPCA	85.203.432	81.976.959
PRTE	010/2016	Agosto de 2046	334.568.197	IPCA	490.083.719	471.525.290
STE (iv)	010/2021	Maio de 2051	30.186.000	IPCA	36.305.788	-

(i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 foi aprovada em 04 de julho de 2023 de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 - ANEEL. (ii) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 foi aprovada em 12 de julho de 2022 de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 - ANEEL. (iii) De acordo com os contratos de concessão, a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida. (iv) A STE foi adquirida através do leilão ANEEL 001/2020 firmado conforme contrato de concessão assinado em 14 de maio de 2021. A mesma iniciou parcialmente suas operações em dezembro de 2023, tendo direito ao recebimento proporcional da RAP (Receita Anual Permitida) a partir de janeiro de 2024 e com previsão de entrada em operação total em junho de 2024. (v) A LTMCT começou a receber receita dos projetos que entraram em operação na Resolução Homologatória nº 3.216/2023 - ANEEL para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. (vi) Em 13 de Junho de 2023, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.205/2023, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 11,65%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica - RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão - RPEC.

4. CONTROLADAS EM CONJUNTO

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os demais acionistas destas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que têm como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social	% participação
	31/12/2023 e 31/12/2022
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia") (i)	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (iii)	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51

(i) Em 29 de setembro de 2011, a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia, que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela Aneel em 16 de dezembro de 2011, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 9 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. (ii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Guaraciaba, que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Aneel em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016, todas as linhas de transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 9 de dezembro de 2016. (iii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Matrinchã, que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Aneel em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016. (iv) Em 21 de dezembro de 2012, a Paranaíba foi constituída, a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela Aneel em 19 de dezembro de 2012, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5%, e Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 24,5%. A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto. (v) Em 20 de março de 2014, a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão nº 011/2013, realizado pela Aneel em 7 de fevereiro de 2014, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), que tem participação de 24,5%, e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB, que uma RAP anual estabelecida no contrato de concessão de R\$ 434 milhões. O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contado a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. A BMTTE entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

5.1 Informação de políticas contábeis materiais: O Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 6 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na Nota 6 em determinados casos (consulte a nota explicativa 5.1 para obter mais informações). **6.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **6.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **6.3 Almoarifado:** Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição de estrutura do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **6.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços

de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual origina-se na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios desse ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão, e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo feito através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da infraestrutura" como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante.

6.5 Investimentos em controladas e controladas em conjunto: O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

6.6 Imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área Administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (os quais têm seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são constituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **6.7 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: *softwares*, serviços e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

6.8 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment): A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros ou o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **6.9 Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou, desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **6.10 Impostos: Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquotas de 1,65% e 0,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6% e 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos correntes:** Para as controladas CNTE, ETEE, IRTE, ITE, LTI, PSTE, PRTE, SMTE, SGBH e XRTE a tributação ocorre pela sistemática do Lucro Real que considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. Para as controladas ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMCT, SPTE, Caxerê, ACTE, SGSE e STE, a tributação do IRPJ e da CSLL ocorre pela sistemática do Lucro Presumido. Dessa forma, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, para empresas controladas que tributam pelo regime de Lucro Presumido, é determinada mediante à aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicado a alíquota do IRPJ de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre e a CSLL à alíquota de 9%. A única exceção ocorre na empresa SGSE que possui as alíquotas de presunção de 32% para IRPJ e 32% para CSLL. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **6.11 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **6.13 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **6.14 Assistências governamentais:** O incentivo fiscal da Sudam consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis devidos, calculados sobre o lucro da exploração. **6.15 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **6.16 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas ao resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à receita de construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante

continua ★



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa à não interrupção da disponibilidade dessas instalações. (d) **Receita de aluguel** - A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização. **6.17 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **6.18 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **6.19 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços e mútuos, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo: (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 18, o Grupo possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. (b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. (c) **Outras normas Contábeis:** • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Bancos	396.618	137.386.216	915.508	84.721.192
Aplicações financeiras (i)	111.358.323	1.220.441.867	156.327.310	1.205.359.847
	111.754.941	1.357.828.083	157.242.818	1.290.081.039

(i) A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e fundos de investimentos que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem nenhum deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,43% do CDI em 2023 e de 102,81% do CDI em 2022.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante				
XRTE (i)	-	200.090.102	-	-
SGBH (i)	600.270.306	600.270.306	-	-
	600.270.306	800.360.408	-	-
Não circulante				
LTMC	-	2.698.073	-	2.575.812
ITE	-	2.827.666	-	1.454.793
Itatim	-	-	-	5.080.366
PPTE	-	8.157.134	-	8.020.029
MRTE	-	4.600.718	-	4.067.736
XRTE	-	391.481.264	-	160.422.521
CNTE	-	5.566.526	-	4.675.773
PRTE	-	26.928.058	-	21.571.463
	-	242.169.337	-	207.868.493

LTMC: Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referentes às garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples das Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. (nota explicativa 18). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida. O percentual de amortização média aumentou de 0,205% em 2022 para 0,378% em 2023, consequentemente aumentando o valor do depósito em garantia. **ITE:** O saldo apresentado como não circulante é referente ao depósito efetuado em conta específica, vinculada ao benefício de reinvestimento do IRPJ (SUDAM/SUDENE) que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022. **ITATIM:** O saldo apresentado como não circulante refere-se ao saldo mínimo exigido pelo BNDES durante o prazo de financiamento. A Companhia já quitou integralmente o empréstimo com o BNDES, porém ainda ficaram algumas ações pendentes referentes ao projeto social. Diante disso, o BNDES não emite o termo de quitação e por isso não conseguimos fazer o resgate desta conta, devendo permanecer no não circulante até resolução das pendências **MRTE:** Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais que suportam a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures da MRTE (nota explicativa 17). Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor dos debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, com o valor equivalente a 100% (cem por cento) da amortização da parcela do Valor Nominal Atualizado devida na Data de Amortização imediatamente subsequente. No caso do Índice de Cobertura da Dívida esteja abaixo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deverá depositar na Conta de Complementação do ICSD o valor necessário para que o índice atinja o valor mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter, pelo menos, 100% da parcela de amortização e mais 100% do valor do pagamento dos Juros Remuneratórios decorrentes da dívida, conforme previsto. A Variação do saldo de um exercício para outro se deve ao aumento no percentual de amortização da dívida conforme cronograma. **XRTE:** Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17). Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. **CNTE:** Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17). Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. **PRTE:** Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17). Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da Dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. **CNTE:** Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17). Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. **PRTE:** Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17). Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da Dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida,

incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

10. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	362.439.835	328.323.932
Vencidas até 30 dias	1.446.144	822.268
Vencidas até 60 dias	9.915.791	426.145
Vencidas até 90 dias	24.466.672	586.840
Vencidas há mais de 90 dias (i)	49.314.196	32.575.633
	447.582.638	362.734.818
	(21.520.592)	(21.123.634)
	426.062.046	341.611.184

(i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos, aguardando a notificação da ONS para provisão na PCE. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(21.123.634)	(2.423.896)
Reversão	235.702	356.668
Adição (i)	(632.660)	(19.056.406)
Saldo final	(21.520.592)	(21.123.634)

(i) Variação refere-se ao aviso de crédito (AVC) complementar do grupo Quinturará provisionados em 2022 e ainda não recebidos.

11. EMPRÉSTIMOS A RECEBER (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

		31/12/2023		31/12/2022		
		Venci-mento	Garantidor	Encargos	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
a. Total do empréstimo a receber						
Descrição	Início	mento	Garantidor	Encargos	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Eletronorte (i)	dez/15	jan/27	Eletronorte	10% a.a.	301.678.715	301.678.715
Furnas (ii)	dez/15	jan/27	Eletronorte	10% a.a.	301.681.512	301.681.512
STE (iii) NE 19.1	fev/23	mar/24	N/A	1,10% CDI	270.393.486	-
					873.753.713	603.360.227
						674.451.080
						674.451.080
Circulante					369.502.678	99.109.192
Não circulante					504.251.035	579.337.444
						579.337.444
b. Movimentação dos empréstimos a receber da controladora						
Empresas	Saldo inicial	bruto	Juros e encargos	Liquidação	Novas	Liquidação
					captações	principal
						Saldo final
						bruto
						31/12/2023
Eletronorte (i)	337.223.976	29.380.042	(30.795.276)	-	(34.130.027)	301.678.715
Furnas (ii)	337.227.104	29.380.314	(30.795.562)	-	(34.130.344)	301.681.512
STE (iii)	-	17.533.896	-	-252.859.590	-	270.393.486
	674.451.080	76.294.252	(61.590.838)	252.859.590	(68.260.371)	873.753.713
	674.451.080	76.294.252	(61.590.838)	252.859.590	(68.260.371)	873.753.713
Empresas	Saldo inicial	bruto	Juros e encargos	Liquidação	Novas	Liquidação
					captações	principal
						Saldo final
						bruto
						31/12/2022
Eletronorte (i)	369.537.850	32.611.429	(33.898.006)	-	(31.027.298)	337.223.975
Furnas (ii)	369.541.278	32.611.732	(33.898.320)	-	(31.027.585)	337.227.105
	739.079.128	65.223.161	(67.796.326)	-	(62.054.883)	674.451.080
	739.079.128	65.223.161	(67.796.326)	-	(62.054.883)	674.451.080
c. Movimentação dos empréstimos a receber do consolidado						
Empresas	Saldo inicial	bruto	Juros e encargos	Liquidação	Novas	Liquidação
					captações	principal
						Saldo final
						bruto
						31/12/2023
Eletronorte (i)	337.223.976	29.380.042	(30.795.276)	-	(34.130.027)	301.678.715
Furnas (ii)	337.227.104	29.380.314	(30.795.562)	-	(34.130.344)	301.681.512
	674.451.080	58.760.356	(61.590.838)	-	(68.260.371)	603.360.227
	674.451.080	58.760.356	(61.590.838)	-	(68.260.371)	603.360.227
Empresas	Saldo inicial	bruto	Juros e encargos	Liquidação	Novas	Liquidação
					captações	principal
						Saldo final
						bruto
						31/12/2022
Eletronorte (i)	369.537.851	32.611.429	(33.898.006)	-	(31.027.298)	337.223.976
Furnas (ii)	369.541.277	32.611.732	(33.898.320)	-	(31.027.585)	337.227.104
	739.079.128	65.223.161	(67.796.326)	-	(62.054.883)	674.451.080
	739.079.128	65.223.161	(67.796.326)	-	(62.054.883)	674.451.080

(i) **Eletronorte:** O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$ 158.872.000 (cento e cinquenta e oito milhões oitocentos e setenta e dois mil reais) em 2016 e R\$ 135.828.000 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015. Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas. Em 2022 foi recebido de principal o valor de R\$ 31.027.298 (trinta e um milhões, vinte e sete mil e duzentos e noventa e oito reais) e juros o valor de R\$ 33.898.006 (trinta e três milhões, oitocentos e noventa e oito mil e seis reais). Em 2023 foi recebido de principal o valor de R\$ 34.130.027 (trinta e quatro milhões, cento e trinta mil e vinte e sete reais) e juros o valor de R\$ 30.795.276 (trinta milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e setenta e seis reais). (ii) **Furnas:** O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$ 158.872.000 (cento e cinquenta e oito milhões oitocentos e setenta e dois mil reais) em 2016 e R\$ 135.828.000 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015. Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas. Em 2022 foi recebido de principal o valor de R\$ 31.027.298 (trinta e um milhões, vinte e sete mil e duzentos e noventa e oito reais) e juros o valor de R\$ 33.898.006 (trinta e três milhões, oitocentos e noventa e oito mil e seis reais). Em 2023 foi recebido de principal o valor de R\$ 34.130.027 (trinta e quatro milhões, cento e trinta mil e vinte e sete reais) e juros o valor de R\$ 30.795.276 (trinta milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e setenta e seis reais). (iii) **STE:** Em 8 de fevereiro de 2023 foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a Silvânia Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding S.A., na quantia total de R\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de reais), com prazo de vigência até 30 de setembro de 2023. A celebração deste contrato foi precedida da aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos do Anexo V da Resolução Normativa nº 948 de 16 de janeiro de 2021. Sobre o montante desembolsado, incidem juros equivalentes a 110% de CDI ao ano, com pagamento e amortização de principal a serem realizados em parcela única, na data de seu vencimento. Em 30 de setembro de 2023, as partes decidiram prorrogar o prazo de vigência do referido contrato em 181 (cento e oitenta e um) dias corridos, permanecendo o mesmo vigente até 29 de março de 2024, mantendo-se os demais termos e condições contratados.

12. ATIVO DE CONTRATO (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	2.680.841.490	2.598.938.610
Não circulante	20.691.781.947	20.092.389.540
	23.372.623.437	



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a. **PPTE:** Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a. **MRTE:** Em 15 de dezembro de 2016 foi assinado o Instrumento Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e desembolso em 29 de dezembro do mesmo ano no valor de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sendo a primeira amortização em 30 de dezembro 2021 com o término em 30 de junho de 2026. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,00% a.a. **XRTE:** Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a. **BNDES - XRTE:** Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C. Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros. Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES. Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentas e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042. Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito "C" no valor de R\$ 1.107.735 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais) junto ao BNDES. O subcrédito "C" será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038. **CNTE:** Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983.105 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinco reais) destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 117.485.148 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais) sobre os quais incidiram 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034. **PRTE:** Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 545.662.158 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais) sobre os quais incidiram juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034. **b. Total da dívida com partes relacionadas (controladora e consolidado)**

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Venci- Início	Garan- tias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2023	31/12/2022
SGBH	Subcrédito D	US\$	nov/14 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2%	- 2.047.373.687	
SGBH	Subcrédito E	US\$	dez/14 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 592.074.002	
SGBH	Subcrédito F	US\$	jun/15 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 352.045.991	
SGBH	Subcrédito G	US\$	dez/15 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 208.970.776	
SGBH	Subcrédito H	US\$	jun/16 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 121.312.205	
SGBH	Subcrédito I	US\$	set/16 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 51.942.155	
SGBH	Subcrédito J	US\$	dez/16 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 157.028.621	
SGBH	Subcrédito K	US\$	jun/17 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 211.381.488	
SGBH	Subcrédito L	US\$	dez/17 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 152.957.925	
SGBH	Subcrédito M	US\$	jul/18 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 152.957.925	
SGBH	Subcrédito N	US\$	set/18 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 15.152.281	
SGBH	Subcrédito O	US\$	dez/18 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 130.480.825	
SGBH	Subcrédito P	US\$	jun/19 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 130.431.799	
SGBH	Subcrédito Q	US\$	dez/19 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 135.378.524	
SGBH	Subcrédito R	US\$	aug/20 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 64.128.418	
SGBH	Subcrédito S	US\$	jul/21 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 222.413.850	
SGBH	Subcrédito T	US\$	set/21 dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706%	- 639.025.329	
Controladora e Consolidado							- 5.385.055.801	
Circulante - partes relacionadas							- 18.429.352	
Não circulante - partes relacionadas							- 5.366.626.449	

Com relação aos empréstimos com a SGID, as cláusulas contratuais dizem que as Companhias têm o direito de decidir se pagarão ou não os empréstimos nas datas de vencimento, dependendo da situação financeira e operacional da Companhia. Os saldos dos empréstimos são alocados entre Curto e Longo Prazos mediante a previsão de que não haverá pagamento de principal nos próximos 12 meses e desta forma nas datas de vencimentos os valores devidos são sempre renovados por um período de dois anos. O empréstimo foi liquidado em dezembro/2023

c. Movimentação dos empréstimos (controladora e consolidado)

Financiador	Saldo inicial bruto 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juro	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final bruto 31/12/2023	
SGID - Subcrédito D	2.047.373.687	36.062.204	(153.520.891)	(1.929.915.000)	-	-	
SGID - Subcrédito E	592.074.002	13.737.178	(45.270.988)	(560.540.192)	-	-	
SGID - Subcrédito F	352.045.991	8.168.094	(26.918.038)	(333.296.047)	-	-	
SGID - Subcrédito G	208.970.776	4.848.494	(15.978.262)	(197.841.008)	-	-	
SGID - Subcrédito H	121.312.205	2.814.659	(9.275.738)	(114.851.126)	-	-	
SGID - Subcrédito I	51.942.155	1.205.150	(3.971.586)	(49.175.719)	-	-	
SGID - Subcrédito J	157.028.621	3.643.345	(12.006.676)	(148.665.290)	-	-	
SGID - Subcrédito K	211.381.488	4.904.426	(16.162.589)	(200.123.325)	-	-	
SGID - Subcrédito L	152.957.925	3.548.896	(11.695.424)	(144.811.397)	-	-	
SGID - Subcrédito M	152.957.925	3.548.896	(11.695.424)	(144.811.397)	-	-	
SGID - Subcrédito N	15.152.281	351.559	(1.158.569)	(14.345.271)	-	-	
SGID - Subcrédito O	130.480.825	3.027.387	(9.976.786)	(123.531.426)	-	-	
SGID - Subcrédito P	130.431.799	3.076.413	(9.976.786)	(123.531.426)	-	-	
SGID - Subcrédito Q	135.378.524	3.193.088	(10.355.164)	(128.216.448)	-	-	
SGID - Subcrédito R	64.128.418	1.474.099	(4.902.337)	(60.700.180)	-	-	
SGID - Subcrédito S	222.413.850	5.112.559	(17.002.568)	(210.523.841)	-	-	
SGID - Subcrédito T	639.025.329	14.689.082	(48.850.699)	(604.863.712)	-	-	
Controladora	5.385.055.801	113.405.529	(408.718.525)	(5.089.742.805)	-	-	
Debêntures	1.688.381.351	178.558.093	(73.072.472)	(49.551.267)	1.340.545	1.745.656.250	
BNDES	5.989.081.722	598.620.428	(345.842.854)	(334.812.278)	-	5.907.047.018	
Consolidado	13.062.518.874	890.584.050	(827.633.851)	(5.474.106.350)	1.340.545	7.652.703.268	
Circulante - partes relacionadas							-
Não circulante - partes relacionadas							-
Circulante - terceiros							427.749.225
Não circulante - terceiros							7.224.954.043

Financiador	Saldo inicial bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juro	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final bruto 31/12/2022
SGID - Subcrédito D	2.180.496.307	(63.538.028)	(69.584.592)	-	-	-	2.047.373.687
SGID - Subcrédito E	632.449.033	(15.039.846)	(25.335.185)	-	-	-	592.074.002
SGID - Subcrédito F	376.052.902	(8.956.806)	(15.050.105)	-	-	-	352.045.991
SGID - Subcrédito G	223.221.025	(5.308.269)	(8.941.980)	-	-	-	208.970.776

Financiador	Saldo inicial bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juro	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final bruto 31/12/2022
SGID - Subcrédito H	129.584.793	(3.081.569)	(5.191.019)	-	-	-	121.312.205
SGID - Subcrédito I	55.484.222	(1.319.433)	(2.222.634)	-	-	-	51.942.155
SGID - Subcrédito J	167.736.804	(3.988.836)	(6.719.347)	-	-	-	157.028.621
SGID - Subcrédito K	225.796.129	(5.369.506)	(9.045.135)	-	-	-	211.381.488
SGID - Subcrédito L	163.388.515	(3.885.433)	(6.545.157)	-	-	-	152.957.925
SGID - Subcrédito M	163.388.515	(3.885.433)	(6.545.157)	-	-	-	152.957.925
SGID - Subcrédito N	16.185.553	(384.898)	(648.374)	-	-	-	15.152.281
SGID - Subcrédito O	139.378.644	(3.306.261)	(5.591.558)	-	-	-	130.480.825
SGID - Subcrédito P	139.326.209	(3.308.148)	(5.586.262)	-	-	-	130.431.799
SGID - Subcrédito Q	144.610.260	(3.433.612)	(5.798.124)	-	-	-	135.378.524
SGID - Subcrédito R	68.501.515	(1.629.583)	(2.743.515)	-	-	-	64.128.417
SGID - Subcrédito S	237.580.878	(5.651.813)	(9.515.215)	-	-	-	222.413.850
SGID - Subcrédito T	682.602.267	(16.238.430)	(27.338.508)	-	-	-	639.025.329
Controladora	5.745.783.571	(148.325.904)	(212.401.867)	-	-	-	5.385.055.801
Debêntures	1.364.347.753	186.465.177	(72.286.982)	235.000.000	(26.918.130)	1.773.533	1.688.381.351
BNDES	5.983.554.154	678.922.044	(351.904.161)	-	(321.490.315)	-	5.989.081.722
Consolidado	13.093.685.478	717.061.317	(636.593.009)	235.000.000	(348.408.445)	1.773.533	13.062.518.874
Circulante - partes relacionadas							18.429.352
Não circulante - partes relacionadas							5.366.626.449
Circulante - terceiros							403.263.497
Não circulante - terceiros							7.274.199.576

d. Garantias: (i) **Garantias BNDES:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. (ii) **Garantia debêntures LTMC:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de três vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. (iii) **Garantia debêntures MRTE:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de uma parcela do serviço da dívida, considerando juros e amortização. (iv) **Garantia debêntures PPTE:** Penhor proporcional de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, de 22% das ações da Companhia e caução de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. Mediante o completion físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento da Primeira Emissão de Debêntures da Companhia foi liberada em agosto de 2022. (v) **Garantia debêntures XRTE:** Garantias compartilhadas com BNDES: (i) penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; (ii) caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e (iii) caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. As Contas Reservas constituídas a partir de 15 de julho de 2021 no valor de três vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. Mediante o completion físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento junto ao BNDES foi liberada em fevereiro de 2022 e a garantia fidejussória adicional atrelada à 7ª emissão de debêntures da Companhia foi liberada em abril de 2022. (vi) **Garantia debêntures STE:** Garantia fidejussória adicional em vigor até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas que se dá no vencimento original do contrato ou, caso a operação seja liquidada antecipadamente, até a finalização de sua vigência. **e. Covenants:** Covenants CNTE, LTMC, MRTE, PPTE, PRTE e XRTE.

	CNTE	LTMC	MRTE	PPTE	PRTE	XRTE
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ICSD requerido:	1,2 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes	1,2 vezes	1,2 vezes	1,3 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2023:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Índice de Capitalização Cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2023:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

f. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	2025	2026	2027	2028	2029-2042	Amortização
						731.602.321
						441.168.646
						458.634.618
						510.247.021
						5.083.301.437
						7.224.954.043

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Controladora	19.150	58.377.156
Consolidado	1.961.253	68.840.573
Controladora	1.980.403	127.217.729
Consolidado	1.980.403	137.462.286

Outros impostos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Controladora	1.627.661	6.295.876
Consolidado	7.619.878	29.265.560
Controladora	247.928	6.147.122
Consolidado	80.602	16.530.064
PIS	4.060	1.497.723
COFINS	139.260	2.0



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

20.3 Resultado

Resultado - partes relacionadas	31/12/2023		31/12/2022	
	Nota	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Resultado de aluguel (ii)	8.358.746	3.430.046	9.803.920	4.650.264
Receita de CCI e CPSOM - Paranaíba	-	10.967.472	-	10.365.167
Receita de CCI e CPSOM - Luziânia	-	2.239.453	-	2.092.166
Receita de CPSOM - Matrinhã	-	1.294.097	-	1.189.509
Receita de CPSOM - Guaraciaba	-	973.753	-	879.345
Receita de serviços SGSE (v)	-	12.823.369	-	2.316.063
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	3.769.582	(1.294.740)	1.565.149	-
Receita de juros de empréstimo	27	17.533.896	-	-
Variação cambial ativa de empréstimo	27	804.500.156	804.500.156	1.365.879.020
Variação cambial passiva de empréstimo	27	(521.498.016)	(521.498.016)	(991.663.562)
Despesa de juros de empréstimo	27	(533.313.521)	(533.313.521)	(225.889.553)
		(220.649.157)	(219.877.931)	159.694.974
				169.818.419

(i) Em setembro de 2017, visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022. (ii) O saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas em relação ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (Nota Explicativa nº 14). (iii) Variação refere-se a serviços de engenharia prestados pela CET Brazil Transmissão de Energia realizados em 2022 nas controladas XRTE, PRTE e IRTE. (iv) Variação refere-se a serviços de engenharia prestados pela CET Brazil Transmissão de Energia realizados em 2022 nas controladas XRTE e IRTE. (v) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para os exercícios de 2023 e 2022.

20.4 Dividendos e JCP a pagar e a receber: a) Dividendos e JCP a receber: A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber, está apresentada a seguir:

	Movimento 2023				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Recebimento	Total	
Controladas	2.686.474	980.974.871	80.846.096	(980.586.947)	3.074.398
ETEE	-	105.435.526	5.100.000	(105.435.526)	-
ETIM	439.304	55.370.746	-	(55.221.198)	588.852
ACTE	138.058	16.249.607	-	(16.234.627)	153.038
Araraquara	222.079	14.521.260	-	(14.522.723)	220.616
Catxerê	485.808	68.931.321	-	(68.827.614)	589.515
ITE	-	132.336.775	8.500.000	(132.336.775)	(8.500.000)
Itatim	155.043	29.468.656	-	(29.280.214)	343.485
LTMC	377.125	13.512.575	-	(13.587.830)	301.870
MRTE	140.647	11.162.375	-	(11.145.673)	157.349
PCTE	-	154.260	-	-	154.260
PPTE	-	40.454.475	5.100.000	(40.454.475)	(5.100.000)
RPTE	-	175.453	-	-	175.453
SMTE	395.077	20.899.004	8.164.184	(21.294.081)	(8.164.184)
SPTE	315.032	34.345.809	-	(34.368.851)	291.990
XRTE	-	109.059.034	13.181.912	(109.059.034)	(13.181.912)
CNTE	-	62.083.755	6.800.000	(62.083.755)	(6.800.000)
PRTE	-	264.809.020	34.000.000	(264.809.020)	(34.000.000)
SGSE	9.266	2.005.220	-	(1.916.516)	97.970
STE	9.035	-	-	(9.035)	-
Controladas em conjunto	162.702.101	107.334.377	-	(139.294.461)	130.742.017
Matrinhã	43.274.097	14.594.780	-	(43.274.097)	14.594.780
Guaraciaba	52.005.132	6.126.508	-	(11.417.416)	46.714.224
Luziânia	3.740.124	3.548.446	-	(5.620.200)	1.668.370
Paranaíba	20.075.053	17.403.055	-	(20.075.053)	17.403.055
Belo Monte	43.607.695	65.661.588	-	(58.907.695)	50.361.588
Total	165.388.575	1.088.309.248	80.846.096	(1.119.881.408)	133.816.415

	Movimento 2022				Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão	Recebimento	
Controladas	2.564.197	1.958.695.220	48.882.155	(5.717.525)	(1.952.855.418)
ETEE	-	89.546.753	7.364.343	(3.261.171)	(86.285.582)
ETIM	593.766	44.155.937	-	-	(44.310.399)
ACTE	89.929	5.827.710	-	-	(5.779.581)
Araraquara	426.419	1.365.001	-	-	(1.569.341)
Catxerê	428.125	43.232.040	-	-	(43.174.357)
ITE	-	108.820.782	5.275.055	-	(108.820.782)
Itatim	400.115	45.773.294	-	-	(46.018.366)
LTMC	308.636	2.950.440	-	-	(2.881.960)
MRTE	115.523	10.013.633	-	-	(9.988.509)
PPTE	-	34.381.412	9.013.438	(2.456.354)	(31.925.058)
SMTE	-	395.077	-	-	-
SPTE	188.114	16.302.954	-	-	(16.176.036)
XRTE	-	1.012.553.590	17.575.893	-	(1.012.553.590)
CNTE	-	32.673.500	1.607.364	-	(32.673.500)
PRTE	-	510.684.787	8.046.072	-	(510.684.787)
SGSE	10.092	9.266	-	-	(10.092)
STE	3.478	9.035	-	-	(3.478)
Controladas em conjunto	100.855.646	154.038.943	-	-	(92.192.488)
Matrinhã	11.506.418	43.274.097	-	-	(11.506.418)
Guaraciaba	28.308.407	23.696.725	-	-	52.005.132
Luziânia	1.486.191	5.933.248	-	-	(3.679.315)
Paranaíba	20.041.102	12.027.178	-	-	(11.993.227)
Belo Monte	39.513.528	69.107.175	-	-	(65.013.528)
Total	103.419.843	2.112.734.163	48.882.155	(5.717.525)	(2.045.047.906)

b) Dividendos a pagar: A movimentação dos dividendos a pagar, está apresentada a seguir:

	Movimento 2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Pagamento	Saldo em 31/12/2023
Controladora	22.024.551	18.416.603	(22.024.551)	18.416.603

20.5 Garantias: A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas e controladas em conjunto, como se segue:

Controlada	Tipo de Empréstimo	Valor garantido em 31/12/2023	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
ETIM	Execução Fiscal	138.284	17/07/2020	17/07/2025
ETIM	Execução Fiscal	2.621.500	04/10/2023	04/10/2028
ETIM	Execução Fiscal	23.240	31/10/2023	31/10/2026
SMTE	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2026
SMTE	Execução Fiscal	685.361	16/03/2023	16/03/2028
XRTE	Execução Fiscal	121.559	14/05/2021	14/05/2026
XRTE	Execução Fiscal	2.167.395	17/01/2023	17/01/2028
ITE	Execução Fiscal	1.101.564	21/10/2021	21/10/2026
ITE	Execução Fiscal	552.908	21/10/2021	21/10/2026
ITE	Execução Fiscal	102.055	23/09/2021	23/09/2026
RPTE	Execução Fiscal	35.717	17/07/2020	17/07/2025
PRTE	Execução Fiscal	1.225.640	02/08/2022	02/08/2024
PRTE	Judicial Cível	30.769.995	26/06/2023	26/06/2028
PRTE	Judicial Cível	25.033.757	25/10/2023	25/10/2028
STE	Financiamento CP	235.000.000	18/01/2022	25/01/2025
STE	Risco de Construção	21.221.800	05/05/2021	30/06/2025

Controlada	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2022	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
ETIM	Execução Fiscal	138.284	17/07/2020	17/07/2025
SMTE	Execução Fiscal	5.644.115	27/04/2016	26/04/2026
XRTE	Execução Fiscal	121.559	14/05/2021	14/05/2026
PCTE	Execução Fiscal	24.753	01/06/2018	01/06/2023
ITE	Execução Fiscal	1.101.564	21/10/2021	21/10/2026
ITE	Execução Fiscal	552.908	21/10/2021	21/10/2026
ITE	Execução Fiscal	102.055	23/09/2021	23/09/2026
ITE	Execução Fiscal	141.763	31/10/2022	31/10/2024
RPTE	Execução Fiscal	35.717	17/07/2020	17/07/2025
PRTE	Execução Fiscal	1.225.640	02/08/2022	02/08/2024
STE (i)	Financiamento CP	235.000.000	18/01/2022	25/01/2025
STE	Risco de Construção	21.221.800	05/05/2021	30/06/2025

(i) Valor garantido referente a 100% do valor financiado/emprestado. (ii) A Companhia possui o capital social de 51% das empresas, com isso o valor garantido dos empréstimos e financiamentos é de 51% sobre o valor total.

20.6 Remuneração da Administração (pessoal - chave): As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia e suas controladas reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado Remuneração fixa e variável (*)	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Salário	980.788	13.045.331	834.345	10.161.511
Benefícios diretos e indiretos	165.429	2.200.346	144.108	1.746.599
Encargos	481.112	6.399.209	469.767	5.624.307
Provisões (13 salário, férias e bônus)	618.189	8.222.456	699.637	8.609.551
Valor total da remuneração	2.245.518	29.867.342	2.147.857	26.141.968

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

21. IMPOSTOS DIFERIDOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal e sobre o ativo de contrato das Controladas XRTE e IRTE. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual do Grupo.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora (155.475.516)	Consolidado (3.021.835.086)	Controladora (154.072.934)	Consolidado (2.693.730.549)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	1.044.759
IRPJ e CSLL Diferidos ativo (ativo de contrato)	-	-	-	111.637.610
IRPJ e CSLL Diferidos ativo (prejuízos fiscais)	-	48.633.193	-	111.637.610
IRPJ Diferido Passivo	(114.320.232)	(2.251.324.945)	(113.288.922)	(2.056.478.377)
CSLL Diferida Passiva	(41.155.284)	(819.143.334)	(40.784.012)	(749.934.541)
PIS e COFINS diferidos	-	-	-	(1.920.047.616)
PIS Diferido Passivo	-	(351.513.985)	-	(342.461.932)
COFINS Diferido Passivo	-	(1.619.297.543)	-	(1.577.585.684)
	(155.475.516)	(4.992.183.614)	(154.072.934)	(4.613.778.165)

As variações dos tributos diferidos consolidados são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	112.682.369	(4.726.460.534)
Efeitos reconhecidos no resultado (PIS e COFINS)	-	(50.763.912)
Efeitos reconhecidos no resultado (IRPJ e CSLL)	(76.966.607)	(258.493.091)
Transferências entre ativos e passivos	12.917.431	(5.562.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	48.633.193	(5.041.279.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	154.177.145	(4.509.508.474)
Efeitos reconhecidos no resultado (PIS e COFINS)	-	(61.440.359)
Efeitos reconhecidos no resultado (IRPJ e CSLL)	(54.412.209)	(155.511.701)
Transferências entre ativos e passivos	12.917.433	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	112.682.369	(4.726.460.534)

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a. Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia e suas controladas, constituem provisões para riscos fiscais, cíveis, servidões, ambientais e trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	
--	------------	--



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Controladas		
ITE (i)	1.255.956	1.582.878
SMTE (ii)	8.565.047	9.114.577
ETEE (iii)	1.029.004	204.006
Catxerê (iv)	5.407.069	4.894.908
PCTE	626.828	848.019
Araraquara	215	111.193
RPTE (v)	996.104	4.155.490
SPTE	52.297	42.081
ETIM (vi)	818.318	1.213.318
LTM	194.296	95.490
IRTE	568.800	503.764
XRTE (vii)	695.241	3.938.733
PPTE	284.733	150.731
SGBH	443.555	732.956
	20.937.463	27.588.144

As variações foram motivadas por movimentações processuais e em decisões judiciais que motivaram a reanálise e readequação de prognósticos e do consequente valor do risco envolvido nas ações judiciais em andamento no âmbito da SGBH e de suas concessionárias. Dentre as principais variações podemos citar: (i) A redução do valor contingente decorre principalmente da redução do valor de exposição do processo fundiário 0352018-03.2005.8.09.0137 que após decisão favorável em sede recursal teve seu valor de exposição reduzido em R\$ 574.095. Os processos ativos sofreram variação decorrente de atualização monetária. (ii) A redução do valor contingente decorre principalmente do encerramento do processo ambiental 0007493-68.2014.4.02.5101 que possuía uma exposição de R\$ 478.161, e da redução da exposição do risco atrelado ao processo administrativo 02001.008344/2012-24 uma redução de R\$ 465.058 decorrente da movimentação processual. Os processos ativos sofreram variação decorrente de atualização monetária, sendo a maior variação visualizada no processo 0287097-91.2007.8.09.0128 uma ação fundiária que sofreu uma variação de R\$ 322.484. (iii) A variação dos valores de exposição está atrelada a mudança de valor após movimentação processual do processo administrativo 12448.916708/2010-94 que sofreu um aumento de R\$ 513.162; e do processo fundiário 0309742-98.2016.8.09.0127 que após decisão desfavorável de segunda instância sofreu uma variação de risco de R\$ 337.530. (iv) A variação dos valores de exposição está atrelada ao auto de infração ambiental 02013.000937/2012-11 que sofreu atualização dos valores de exposição após movimentação processual, gerando um aumento de exposição de R\$ 467.575. Os processos ativos sofreram variação decorrente de atualização monetária. (v) A redução do valor contingente decorre principalmente da alteração do prognóstico dos processos fundiários 0002311-59.2008.8.26.0300 que passou a ser considerado remoto, em virtude do levantamento de valores depositados no processo, gerando uma redução de exposição de R\$ 2.945.089, e 0025134-88.2008.8.26.0506 que teve decisão favorável em sede recursal gerando uma redução de exposição de R\$ 217.950. Os processos ativos sofreram variação decorrente de atualização monetária. (vi) A redução do valor contingente decorre principalmente da alteração de prognóstico dos procedimentos administrativos 15374.955199/2009-81, 15374.954000/2009-05 e 15374.956915/2009-47, que em virtude da movimentação processual forma classificadas com prognóstico possível, gerando uma redução de exposição de R\$ R\$ 419.037. Os processos ativos sofreram variação decorrente de atualização monetária. (vii) A redução do valor contingente decorre principalmente ao reembolso dos valores relacionados aos procedimentos administrativos 0719500-2020-00106-2 e 0719500-2020-00103-8 com a retenção de valores contratuais de um prestador no encerramento do contrato, totalizando R\$ 2.515.120 (dois milhões, quinhentos e quinze mil, cento e vinte reais), além da mudança do risco relacionado ao processo trabalhista 0000471-22.2019.5.19.0058, e o processo fundiário 0024422-25.2018.8.13.0534 que após decisões favoráveis a companhia geraram uma redução de R\$ 608.361 (seiscentos e oito mil e trezentos e sessenta e um reais). **c. Contingências possíveis (não provisionadas):** As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, cíveis, servidões, ambientais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fiscal (i)	25.541.976	381.770.203
Cível (ii)	64.498	45.783.600
Servidões (iii)	-	3.355.517
Ambiental (iv)	-	27.454.919
Trabalhista (v)	317.716	4.998.623
	25.924.191	463.362.862

(i) **Processos Fiscais:** Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS, ISS, IRPJ e CSLL. Os principais saldos aqui apresentados referem-se substancialmente a processos nas seguintes controladas: LTI com 10 casos ativos envolvidos em uma exposição de R\$ 113.523.115 (cento e treze milhões, quinhentos e vinte e três mil e cento e quinze reais), os casos principais relacionados a essa controlada são: as execuções fiscais 0319174-21.2017.8.19.0001 e 0141819-87.2018.8.19.0001 que discutem supostos débitos de ISS, e os processos administrativos 17227-720.123/2020-61 e 17227-720.125/2020-50 que discutem supostos débitos de IRPJ e CSLL (Coeficiente de Presunção) que somados totalizam uma exposição de R\$ 112.701.179 (cento e doze milhões, setecentos e um mil, cento e setenta e nove reais). A controlada ETIM com 22 casos ativos envolvidos em uma exposição de R\$ 111.435.135 (cento e onze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e trinta e cinco reais), os casos principais relacionados a essa controlada são: o processo que discute o direito a amortização do ágio referente a aquisição da companhia, e os autos de infração 10348.720.859/2021-02 e 17227-720.037/2020-58 relacionados a supostas dívidas de IRPJ e CSLL (Coeficiente de Presunção) que somados totalizam uma exposição de R\$ 109.215.300 (cento e nove milhões, duzentos e quinze mil e trezentos reais). A controlada CTE com 16 casos ativos envolvidos em uma exposição de R\$ 38.236.300 (trinta e oito milhões, duzentos e trinta e seis mil e trezentos reais), os casos principais relacionados a essa controlada são: os autos de infração 15586.720046/2020-34 e 15586.720.047/2020-89 que discutem supostos débitos de IRPJ e CSLL (Coeficiente de Presunção) que somados totalizam uma exposição de R\$ 38.064.161 (trinta e oito milhões, sessenta e quatro mil e cento e sessenta e um reais). A controlada ITE com 19 casos ativos envolvidos em uma exposição R\$ 35.866.934 (trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais), os casos principais relacionados a essa controlada são as execuções fiscais 0015150-02.2018.8.11.0004 e 1000755-83.2021.8.11.0003 no estado do Mato Grosso relacionadas a supostos débitos de ICMS e ISS, que somados totalizam uma exposição de R\$ 32.883.566 (trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais). A SGBH com 12 casos ativos com uma exposição de R\$ 25.541.976 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e seis reais), os casos principais são os procedimentos administrativos 12448.914756/2018-03 (PER/DCOMP), 15251.720166/2016-37 (PER/DCOMP), 15251.720209/2017-65 (Multa Isolada) e 11080.741055/2019-65 (Multa Isolada) que somados possuem uma exposição de R\$ 22.169.934 (vinte e dois milhões, cento e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais). As controladas LTM, PCTE, RPTE e XRTE possuem juntas 49 casos em curso com uma exposição total de R\$ 82.434.588 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais), os principais casos são: procedimentos administrativos 17227-720.122/2020-16 e 17227-720.121/2020-71 na controlada LTM que discutem supostos débitos de IRPJ e CSLL (Coeficiente de Presunção) que somados totalizam uma exposição de R\$ 25.669.858 (vinte e cinco milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oito centos e cinquenta e oito reais); procedimentos administrativos 15586.720028/2020-52 e 15586.720.029/2020-05 na controlada PCTE que discutem supostos débitos de IRPJ e CSLL (Coeficiente de Presunção) que somados totalizam uma exposição de R\$ 25.178.348 (vinte e cinco milhões, cento e setenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais); procedimentos administrativos 15540.720020/2020-12, 15540.720.053/2020-62 e 17227-720.117/2020-11 na controlada RPTE que discutem supostos débitos de IRPJ e CSLL (Coeficiente de Presunção e AVP) que somados totalizam uma exposição de R\$ 17.484.876 (dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais); processo administrativo 13031.314342/2021-21 (IRRF e CIDE), e execuções fiscais 0001047-85.2019.8.27.2727 e 0000470-05.2022.8.27.2727 que discutem supostos débitos de ISS, na controlada XRTE que somados totalizam uma exposição de R\$ 8.019.945 (oito milhões, noventa e nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais). A variação do saldo entre os anos de 2022 e 2023 decorre basicamente de atualização monetária da exposição dos casos em curso. (ii) **Processos cíveis:** Referem-se a ações judiciais nas quais se discute principalmente aplicação de penalidade por indisponibilidade da linha de transmissão em decorrência de acidentes, ocupação de faixa de domínio e suposto atraso na entrada em operação de linha de transmissão. O valor de exposição está distribuído em 44 casos ativos distribuídos entre as controladas, sendo os casos de maior exposição as ações judiciais: 1063785-30.2023.4.01.3400 e 1104293-18.2023.4.01.3400, ambas são ações com pedido de tutela antecipada para impedir o desconto aplicado na RAP da controlada RPTE em virtude da indisponibilidade da linha de transmissão causada por acidentes com veículo agrícola com derrubada de torres, as ações possuem uma exposição total de R\$ 43.229.432 (quarenta e três milhões, duzentos e vinte nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais), ambos os casos tiveram liminar favorável a RPTE impedindo qualquer desconto de RAP (Receita Anual Permitida) até o julgamento definitivo do mérito. Destaca-se também o processo cível 0421708-19.2012.8.19.0001 que discute questões contratuais e está em fase pericial que possui uma exposição de R\$ 3.543.497 (três milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais). A variação do saldo entre os anos de 2022 e 2023 decorre basicamente das ações que discutem a indisponibilidade da linha, considerando que foram iniciadas em 2023, da atualização monetária da exposição dos casos em curso. (iii) **Processos de servidões:** Referem-se a ações ajuizadas pelas Controladas para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. A variação refere-se principalmente à alteração de prognóstico de remoto para possível na Controlada ETEE do Processo nº 0309742-98.2016.8.09.0127 no valor de R\$ 1.098.151 (um milhão e noventa e oito mil, cento e cinquenta e um reais). E na mudança de prognóstico do processo 0001047-19.2018.8.26.0506 - S.E.P., na Controlada RPTE, no valor de R\$ 1.232.729 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e vinte nove reais) que deixou de ser provável e passou a ser possível, o processo é referente a constituição de servidão administrativa para passagem da linha de transmissão de energia. (iv) **Processos ambientais:** Referem-se a ações judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela SGBH e suas controladas, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. O aumento do valor de exposição de risco possível decorre principalmente da atualização de risco de 4 procedimentos administrativos ambientais em curso perante o IBAMA que discutem a aplicação de multas por supostos descumprimento de condicionantes das Licenças Ambientais dos empreendimentos das controladas PCTE e ATE. Em virtude das atualizações na legislação ambiental, de maneira preventiva foram atualizados os valores envolvidos nos procedimentos administrativos em face da PCTE 02001.001572/2017-88 e 02001.001571/2017-33 que passaram respectivamente a ter valores de exposição possível de R\$ 1.553.374 (um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais) e R\$ 2.221.325 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e cinco reais) o que representa um aumento no valor de R\$ 2.697.164 (dois milhões, seiscentos e noventa e sete mil, cento e sessenta e quatro reais). Além da atualização dos procedimentos administrativos em face da ATE 02027.001143/2012-16 e 02027.001141/2012-19 que passaram respectivamente a ter valores de exposição possível de R\$ 4.839.224 (quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil, duzentos e vinte quatro reais) e R\$ 6.149.822 (seis milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais) o que representa um aumento de R\$ 6.423.546 (seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e quarenta e seis reais). Importante destacar que a revisão da exposição ocorre de forma preventiva nesses procedimentos considerando os novos entendimentos dos órgãos ambientais, inexistindo no presente momento novas andamentos nos procedimentos que alterem os seus respectivos status. (v) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e empregados de terceiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Valores de exposição referem-se principalmente as causas 0010848-39.2015.5.15.0079, 0101343-20.2019.5.01.0002,

0011314-88.2020.5.15.0004, 0025109-84.2021.5.24.0002, 0101662-58.2016.5.01.0045, 0100719-14.2019.5.01.0020, 0000230-42.2022.5.08.0125 e 0010449-16.2022.5.15.0127 no valor total de R\$ 3.523.357 (três milhões, quinhentos e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais). Variação refere-se substancialmente às movimentações processuais que motivaram a reanálise e adequação de prognósticos de perda e do consequente valor envolvido no risco, principalmente na controlada SMTE referente ao processo encerrado 0000117-60.2019.5.10.0021, no valor de R\$ 2.824.718 (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e dezoito reais) e na controladora SGBH refere-se principalmente a mudança de prognóstico de possível para provável do processo 001474-84.2018.5.15.0004, no valor de R\$ 910.615 (novecentos e dez mil e seiscentos e quinze reais).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil, setecentos e cinquenta e um reais), dividido em 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil, setecentos e cinquenta e uma) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. Em 27 de novembro de 2023 houve alteração de acionista, com a composição das ações em nome da International Grid Holdings Limited para a State Grid International Singapore Private Limited. Em 18 de dezembro de 2023, a nova Acionista, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, subscreveu 4.899.015.000 (quatro bilhões, oitocentos e noventa e nove milhões e quinze mil) ações ordinárias, no valor nominal de R\$1 cada totalizando a quantidade de R\$ 4.899.015.000 (quatro bilhões, oitocentos e noventa e nove milhões e quinze mil reais), totalmente integralizada na presente data em moeda corrente nacional. Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, passou a ser R\$ 14.686.218.751 (quatorze bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões, duzentos e dezoito mil, setecentos e cinquenta e um reais), 14.686.218.751 (quatorze bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões, duzentos e dezoito mil, setecentos e cinquenta e um reais) e R\$ 2.191.409.048 (dois bilhões, cento e noventa e um milhões, quatrocentos e nove mil, quarenta e oito reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Reserva de incentivos fiscais:** A constituição da reserva de incentivos fiscais reflexa nas investidas está demonstrado conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
State Grid International Singapore Private Limited	99,99%	99,99%
Top View Grid Investment Limited	0,01%	0,01%
	100%	100%

	31/12/2023	31/12/2022
International Grid Holdings Limited	99,99%	99,99%
Top View Grid Investment Limited	0,01%	0,01%
	100%	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 4.014.652.755 (quatro bilhões, quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais) e R\$ 2.191.409.048 (dois bilhões, cento e noventa e um milhões, quatrocentos e nove mil, quarenta e oito reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Reserva de incentivos fiscais:** A constituição da reserva de incentivos fiscais reflexa nas investidas está demonstrado conforme segue:

Empresa	Participação	Saldo acumulado	Reflexo (consolidado)	SGBH 2023
CNTE (i)	100%	47.579.984		47.579.984
RPTE (ii)	100%	240.880.940		240.880.940
XRTE (iii)	100%	131.380.715		131.380.716
ITE (iv)	100%	35.384.658		35.384.658
BMTE (v)	51%	24.650.718		12.571.866
MTE (vi)	51%	66.689.666		34.011.730
PTE (vii)	51%	27.219.799		13.882.097
Total		573.786.479		515.691.990

Empresa	Participação	Saldo acumulado	Reflexo (consolidado)	SGBH 2022
CNTE (i)	100%	32.741.301		32.741.301
RPTE (ii)	100%	155.469.894		155.469.894
XRTE (iii)	100%	58.250.460		58.250.460
ITE (iv)	100%	24.726.934		24.726.934
BMTE (v)	51%	14.262.852		7.274.055
MTE (vi)	51%	43.845.354		22.361.131
PTE (vii)	51%	17.093.529		8.717.700
Total		346.390.324		309.541.475

(i) CNTE: A controlada CNTE possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à CNTE pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, podendo ser fruído de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2020, o Ato Declaratório Executivo retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2019. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. (ii) RPTE: A controlada RPTE possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à RPTE pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório Despacho Decisório nº 102/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. (iii) XRTE: A controlada XRTE possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à XRTE pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório Despacho Decisório nº 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. (iv) ITE: A Controlada ITE, possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório EBEN-DEVAT07/RRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022, podendo ser fruído de janeiro de 2021 a dezembro de 2030. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2022, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2021. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. (v) Belo Monte: A controlada em conjunto Belo Monte goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que foi concedido pela SUDAM a redução de 75% do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018. (vi) Matrinhã: Em setembro de 2019, foi aprovado o Ato Declaratório Executivo nº 103 a RFB, por meio de intermédio de sua delegação no Rio de Janeiro, onde reconheceu o direito à redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis (calculados com base no lucro da exploração) a favor da Matrinhã nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então o IRPF apurado, com base no lucro da exploração, é reduzido em 75%, com prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027. (vii) Paranaíba: Em setembro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu Laudo Constitutivo de nº 0168/2020, que outorga à Paranaíba o direito à redução do imposto de renda de 75%, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de transmissão de energia elétrica, com prazo de vigência de 10 anos contados a partir de 2020 até 2029. **e. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	2.150.013.702	2.221.568.321
Reserva legal (5%)	107.500.685	111.078.416
Reserva de incentivos fiscais	(200.852.707)	(129.658.953)
Base de cálculo para os dividendos	1.841.660.310	1.980.830.952
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	18.416.603	19.808.310

Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	Dividendos pagos em 2022
AGO	26/04/2022	-	10.978.454
AGO	26/04/2022	-	989.021.546
AGE	20/05/2022	-	400.000.000
AGE	01/07/2022	-	457.283.865
AGE	26/04/2023	22.024.551	-
Total		22.024.551	1.857.283.865

continua ★





STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	8.358.746	4.505.032.863	9.803.920	4.036.186.781
Receita de operação e manutenção (i)	-	677.349.221	-	618.119.102
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	-	2.912.762.130	-	2.838.093.723
Receita de construção	-	404.891.301	-	418.588.659
Receita de aluguel	8.358.746	3.430.046	9.803.920	4.650.264
Receita de serviços - SGSE - Nota explicativa 20.3	-	14.322.193	-	2.316.063
Outras receitas (iii)	-	492.277.972	-	154.418.970
Deduções da receita operacional	(773.184)	(471.368.657)	(906.862)	(453.833.256)
PIS/Cofins (correntes)	(773.184)	(313.575.317)	(906.862)	(290.319.321)
PIS/Cofins (diferidos)	-	(50.763.912)	-	(61.440.359)
ISS	-	(388.614)	-	(154.100)
RGR	-	(33.951.963)	-	(33.016.239)
P&D	-	(33.399.240)	-	(30.940.622)
CDE	-	(22.306.601)	-	(21.432.589)
Taxa de fiscalização (TFSEE)	-	(11.744.222)	-	(11.325.642)
Proinfa	-	(5.238.788)	-	(5.204.384)
	7.585.562	4.033.664.206	8.897.058	3.582.353.525

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Aumento devido a variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração. (iii) A conta de outras receitas se refere ao ajuste de RAP, é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual, além dos efeitos de revisão tarifária e indisponibilidade de equipamentos.

25. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(3.883.288)	(179.139.457)	(3.625.626)	(168.717.979)
Material	(187.646)	(28.304.084)	(137.480)	(32.938.387)
Serviços de terceiros	(1.612.288)	(43.468.633)	(1.778.071)	(52.156.297)
Custo de construção (i)	-	(401.761.162)	-	(351.145.180)
Custo de operação e manutenção	-	(47.902.508)	-	(54.978.706)
Outros	(2.138.074)	(41.475.908)	(1.822.803)	(38.668.564)
	(7.821.296)	(742.051.752)	(7.363.980)	(698.605.113)

(i) Variação refere-se a custo de construção da controlada STE devido a pré-operação da empresa com aquisição de equipamentos e contratação de serviços para a construção do empreendimento, novo projeto de reforço da controlada IRTE referente ao seccionamento da linha de transmissão da subestação Milagres II conforme resolução autorizativa 8677/2020, novo projeto de reforço da controlada LTMC na subestação Padre Fialho conforme resolução autorizativa 9289/20, no investimento com o projeto de reforço da controlada PPTTE, na subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21, no investimento com o projeto de reforço da controlada SMTE, na subestação Luziânia do 3º reator de barra de 500kv conforme resolução autorizativa 9932/21e na controlada ATE refere-se à implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kv conforme resolução autorizativa 9.994/21.

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(7.428.243)	(98.809.598)	(7.744.269)	(100.331.900)
Serviços de terceiros	(7.847.072)	(23.127.455)	(7.290.551)	(22.552.787)
Arrendamentos e alugueis	(66.878)	(583.708)	(35.447)	(74.867)
Provisão/Reversão (i)	685.393	(5.057.042)	3.565.270	(15.640.373)
Tributos	(292.620)	(2.066.142)	(235.329)	(687.200)
Depreciação e amortização	(9.877.684)	(13.125.712)	(5.485.523)	(8.173.140)
Gastos diversos	(8.676.628)	(26.021.427)	(6.727.519)	(24.617.365)
Outros	(1.181.799)	8.011.828	(1.701.729)	(1.773.763)
	(34.685.531)	(160.779.256)	(25.655.097)	(173.851.395)

(i) Variação refere-se principalmente a provisão para perda de crédito esperada (PCE) referente ao AVC complementar do grupo Quinturaré, ocorrido em 2022, conforme nota explicativa 9

27. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	1.001.076.734	1.107.517.031	1.513.991.161	1.616.622.160
Receitas de aplicações financeiras (i)	38.627.818	239.223.788	32.750.961	190.246.906
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	76.294.252	58.760.356	65.223.161	65.223.161
Variação cambial - partes relacionadas (ii)	804.500.156	804.500.156	1.365.879.020	1.365.879.020
Receita de atualização monetária	651.802	25.957.412	1.698.899	5.947.292
Outras	64.808	1.729.339	928.168	4.729.605
Juros sobre capital próprio	95.113.055	-	57.508.417	-
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(14.175.157)	(22.654.020)	(9.997.465)	(15.403.824)
Despesa financeira	(1.170.689.831)	(1.869.095.677)	(1.346.634.437)	(2.172.678.419)
Variação monetária empréstimos terceiros	-	(67.047.720)	-	(83.100.290)
Atualização TJLP e TLP	-	(255.384.062)	-	(326.843.069)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - Terceiros	-	(457.439.100)	-	(458.285.504)
Variação cambial partes relacionadas (ii)	(521.498.016)	(521.498.016)	(991.663.562)	(991.663.562)
Juros sobre empréstimos - Partes relacionadas (ii)	(533.313.521)	(533.313.521)	(225.889.553)	(225.889.553)
Reversão de juros sobre capital próprio	(95.113.055)	-	(57.508.417)	-
Outras	(20.765.239)	(34.413.258)	(71.572.905)	(86.896.441)
	(169.613.097)	(761.578.646)	167.356.724	(556.056.259)

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento dos valores aplicado em CDB/CDI ao longo do ano de 2023. (ii) Variação refere-se a juros e a variação cambial da Controladora SGBH referente aos empréstimos com a SGID que foi quitado em 2023 (nota explicativa 18).

28. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Controladora	Controladora	Controladora
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.151.416.284	2.223.290.235	2.151.416.284	2.223.290.235
Adições/Exclusões não dedutíveis	6.754.804	(508.704)	6.754.804	(508.704)
Variação Cambial	(777.505.418)	(400.109.711)	(777.505.418)	(400.109.711)
Juros Indedutíveis	132.366.411	115.440.808	132.366.411	115.440.808
Equivalência Patrimonial	(2.356.035.498)	(180.874.015)	(2.356.035.498)	(180.874.015)
Juros s/ Capital Próprio	95.113.055	57.508.417	95.113.055	57.508.417
Lucro Real	(747.890.363)	(84.128.550)	(747.890.363)	(84.128.550)
Compensação PF/BN (30%)	-	-	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	(747.890.363)	(84.128.550)	(747.890.363)	(84.128.550)
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	-	-	-	-
Inc. Fiscais	-	-	-	-
IRPJ devido (25%)	-	-	-	-
CSLL (9%)	-	-	-	-
IR e CS correntes	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	-
	(1.402.582)	(1.721.914)	(1.402.582)	(1.721.914)

Em 2023 para a controladora SGBH e para as controladas, ETEE, ITE, IRTE, PPTTE, SMTE, LTI, PRTE, CNTE e XRTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro real. Em 2022, para a SGBH e para as controladas: ETEE, ITE, IRTE, PPTTE, SMTE, LTI, PRTE, CNTE e XRTE, a tributação era feita pelo lucro real. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real

	31/12/2023		31/12/2022	
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.454.899.449	2.518.318.940	4.454.899.449	2.518.318.940
Adições/Exclusões não dedutíveis	29.709.648	64.720.966	29.709.648	64.720.966
Variação Cambial	(777.505.418)	(400.109.711)	(777.505.418)	(400.109.711)
Juros Indedutíveis	132.366.411	115.440.808	132.366.411	115.440.808
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial	(2.356.035.498)	(180.874.015)	(2.356.035.498)	(180.874.015)
Ajustes de IFRIC	(773.991.329)	(529.085.320)	(773.991.329)	(529.085.320)
Doações e subvenções para investimento	(2.470.855)	(123.689.852)	(2.470.855)	(123.689.852)
Amortização Ágio (Goodwill)	(30.035.845)	(30.035.845)	(30.035.845)	(30.035.845)
Outros	(10.428.645)	(7.541.233)	(10.428.645)	(7.541.233)
Lucro Real	666.507.917	1.427.144.738	666.507.917	1.427.144.738
Compensação PF/BN (30%)	(188.755.238)	-	(188.755.238)	-
Lucro Real (Após Compensação)	1.225.643.042	1.427.144.738	1.225.643.042	1.427.144.738
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(306.194.761)	(258.723.192)	(306.194.761)	(258.723.192)
Inc. Fiscais	191.156.153	4.149.826	191.156.153	4.149.826
IRPJ devido (25%)	(115.038.608)	(254.573.366)	(115.038.608)	(254.573.366)
CSLL (9%)	(111.412.940)	(93.824.604)	(111.412.940)	(93.824.604)
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores)	-	41.661	-	41.661
IR e CS correntes	(226.451.548)	(348.397.970)	(226.451.548)	(348.397.970)
IR e CS diferidos	(323.880.719)	(197.467.569)	(323.880.719)	(197.467.569)
Alíquota efetiva	12%	22%	12%	22%
Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido: Em 2023 para as controladas, ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, Catxerê, ACTE e SGSE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido, sendo que na controlada SGSE a alíquota de presunção é de 32% para IRPJ e para CSLL. Em 2022, as controladas onde a tributação era feita pelo lucro presumido eram as seguintes: ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, Catxerê, ACTE e SGSE. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:				
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	541.455.038	429.501.709	541.455.038	429.501.709
Base de cálculo (8%/12%)	461.092.839	35.182.509	461.092.839	35.182.509
Base de cálculo (32%)	29.797.893	-	29.797.893	-
Outras receitas	50.564.192	48.305.218	50.564.192	48.305.218

Base de cálculo

IR devido				
Ajuste provisao IR anos anteriores				
(+) IR diferido/Outros				
Total de IRPJ				
Base de cálculo (12%/32%)				
Outras receitas				
Base de cálculo				
CSLL devida				
Ajuste provisao CSLL anos anteriores				
(+) CSLL diferida/Outros				
Total de CSLL				
IR e CS correntes				
IR e CS diferidos				
Total de IRPJ/CSLL				

(i) As Companhias do grupo SGBH tributadas pelo Lucro Presumido, tributam as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC). A natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, não comportando seu desmembramento tal qual as Concessionárias fornecessem serviços de construção ao Poder Concedente. Ainda que para fins contábeis as transmissoras devam reconhecer suas receitas a medida da execução da obra de infraestrutura, tais valores devem ser considerados como uma mera expectativa de benefícios futuros; as receitas a que fazem jus as transmissoras decorrem unicamente da prestação de transmissão remuneradas por meio da RAP. Dessa forma, as controladas em fase pré operacional somente terão suas receitas operacionais auferidas após a entrada em operação das linhas de transmissão.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 29.1, não difere dos saldos contábeis, pois estes têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

29.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	8	111.754.941	1.357.828.083	157.242.818	1.290.081.039
Títulos e valores mobiliários	9	600.270.306	1.042.529.745	-	207.868.493
		712.025.247	2.400.357.828	157.242.818	1.497.949.532

	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber - partes relacionadas	20.1	1.991.384	168.999	3.011.157	568.565
Concessionárias e permissionárias	10	-	426.062.046	-	341.611.184
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	270.393.486	-	674.451.080	674.451.080
		272.384.870	426.231.045	677.462.237	1.016.630.829

	Nota	31/12/2023	
--	------	------------	--



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
ATE-PM-2021-5349	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	436.664
ATE-PM-2021-5520	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022	3.092.029
ATE-PM-2022-6456	Siemens	IPARO - Equipamento de pátio	28/04/2022	1.078.120
ATE-PM-2022-6692	Hitachi	IPARO - SPCS	22/04/2022	1.440.000
ATE-PM-2022-6754	PIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	41.625
ATE-PM-2022-6894	CAW	IPARO - Estruturas de aço	07/07/2022	17.991
ATE-PM-2022-7732	YOFC	IPARO - Cabos	23/11/2022	20.280
ATE-PM-2021-4417	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
ATE-PM-2021-5523	Sendi	Contrato EPC - Serviço Auxiliar	11/02/2022	2.619.482
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	227.769
IRTE-PM-2020-3719	CET	EPC para IRTE-Milagres II	30/12/2020	4.760.088
IRTE-PM-2021-4081	GE	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Disjuntores e Chaves Secc	07/06/2021	432.424
IRTE-PM-2021-4000	Marte	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Projeto Executivo	28/04/2021	125.644
IRTE-PM-2021-4321	Better Systems	IPARO - Construção e Montagem	11/08/2021	298.996
IRTE-PM-2021-4328	GE - SPCS	IPARO - SPCS	23/08/2021	354.925
IRTE-PM-2021-4485	Fiberx	IPARO - Telecom	29/10/2021	315.695
IRTE-PM-2021-5092	Riseline	IPARO - disc isoladores	07/12/2021	83.223
IRTE-PM-2022-6152	Sercamp	IPARO - desmontagem e montagem de reatores	17/05/2022	480.000
IRTE-PM-2022-5878	Fiberx CFTV	IPARO - CFTV	27/07/2022	14.482
GSTE - 001/2020	Giovanni Sanguinetti	CCI GSTE x IRTE	30/11/2020	224.163
PO-009434	Extimac	Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	17/12/2021	2.750
IRACEMA-PM-2017-2222	Nari	Contrato EPC para IRTE- Curral Novo II	27/12/2013	991.949
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	25.096
LTMC-PM-2021-3909	E-GUANA	Sistema siget para LTMC- Padre Fialho (Aneel)	18/03/2021	9.540
LTMC-PM-2021-3965	Marte	Projeto Básico para LTMC - Padre Fialho	15/04/2021	19.800
LTMC-PM-2021-5333	PROLEC GE	Fornecimento de Equipamentos - Autotransformadores Monofásicos	06/01/2022	5.987.165
LTMC-PM-2021-4446	Grantel (REA)	Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	20/09/2021	8.746.362
LTMC-PM-2022-6138	Arteche (REA)	IPARO - Fornecimento SPCS	01/09/2022	2.189.254
LTMC-PM-2022-6013	Brafer (REA)	IPARO - Fornecimento de Estruturas Metálicas	26/01/2022	1.061.143
LTMC-PM-2022-8291	BELLUNO VEÍCULOS LTDA	IPARO - Projeto Eletromecânico	08/12/2022	230.000
LTMC-PM-2021-5648	Ensiste (REA)	IPARO - fornecimento de estrutura pré-moldada da Casa de Relés, canaletas pré-moldadas e paredes corta-fogo pré-moldadas	17/12/2021	137.651
LTMC-PM-2022-6034	Grid Solutions (GE) - (REA)	IPARO - Fornecimento de 05 Chaves Seccionadoras 362kV e 14 Chaves Seccionadoras 145kV	21/01/2022	2.295.470
LTMC-PM-2022-7343	Grid Solutions (GE) REA - (TA1 - Spare Parts)	IPARO - Fornecimento de Transformadores	21/01/2022	384.668
LTMC-PM-2022-5967	Hubbell (REA)	IPARO - Terraplenagem	21/03/2022	1.717.178
LTMC-PM-2022-7338	Hubbell REA - (TA1 - Spare Parts)	Peças de reposição	21/03/2022	292.493
LTMC-PM-2022-5808	Pfiffner (REA)	Fornecimento de TPs and TCs	26/01/2022	804.407
LTMC-PM-2022-7276	Pfiffner REA (TA1 - Spare Parts)	Peças de reposição	26/01/2022	148.730
LTMC-PM-2022-7379	PROLEC GE (Spare Parts)	Peças de reposição	01/08/2022	305.709
LTMC-PM-2021-4447	Grantel (PA1)	Contrato EPC - Parecer Autorizativo ONS (P.A.)	20/10/2021	1.789.139
LTMC-PM-2022-6139	Arteche (PA1)	IPARO - Fornecimento SPCS	15/06/2022	267.954
LTMC-PM-2022-6035	Grid Solutions (GE) (PA1)	IPARO - Fornecimento e Montagem de Disjuntores de 145kV	23/05/2022	176.373
LTMC-PM-2022-5966	Hubbell (PA1)	IPARO - Fornecimento de Chaves Seccionadoras	30/04/2022	401.501
LTMC-PM-2022-7277	Pfiffner PA1 (TA1 - Spare Parts)	Peças de reposição	28/07/2022	54.509
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	257.184
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3º banco de transformador	26/04/2018	76.940
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46.157
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	35.180
PPTE-PM-2021-5331	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	415.917
PPTE-PM-2021-5492	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022	3.765.779
PPTE-PM-2022-6443	Nari	IPARO - SPCS	04/04/2022	1.092.936
PPTE-PM-2022-6693	Siemens	IPARO - Equipamentos	28/04/2022	963.297
PPTE-PM-2022-6756	PIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	41.850
PPTE-PM-2021-4416	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
PPTE-PM-2021-5493	Sendi	Contrato EPC - UHE TPs	11/02/2022	633.839
PPTE-PM-2022-6756	PIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	66.600
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	235.407
PRTE-PM-2020-3870	Engelinas	TEQ C3 - Diagnóstico de inconformidades	04/02/2021	14.100
PRTE-PM-2021-4177	Brametal	TEQ C3 - Estruturas metálicas	22/11/2021	108.268
PRTE-ENG-2018-177	Nari	Contrato EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	38.607
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	1.451.990
SMTE020215332	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	2.302.578
SMTE020226217	Cobra	Contrato EPC - Banco de Reator	24/02/2022	3.877.355
SMTE-PM-2022-6917	Balteau	IPARO - Fornecimento de TC	18/07/2022	264.455
SMTE-PM-2022-6921	Brafer	IPARO - Stuctures	26/07/2022	82.447
SMTE-PM-2022-6920	Siemens	IPARO - CB/Disconnectores/Spare	29/07/2022	1.585.126
SMTE-PM-2022-6919	IOSI	IPARO - SPCS	22/08/2022	699.066
SMTEPM202140612	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
EXP-SMTE-2019-008	Nari	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	153.735
SMTE-PM-2021-4432	SGSE - State Grid Serviços de Engenharia S.A.	Contrato EPC	27/09/2021	77.643
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	249.647
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	291.063
EXP-SMTE-2019-0023	Nari	Contrato EPC para SPTe - Pirapora 2	27/09/2019	406.397
STE-PM-2021-4187	Prysmian	OPGW Cabos e Projeto	19/11/2021	178.355
STE-PM-2021-5491	Marte	Estrutura	15/02/2022	116.512
STE020225954	PLP	Fornecimento do Sistema de Amortecimento	01/04/2022	12.261
STE020225952	Fibra Telecom	OPGW Change	31/03/2022	5.768.678
STE-PM-2022-7934	Abengoa	IPARO - Aluguel de equipamentos	03/11/2022	57.600
STE-PM-2022-7344	Sepeco1	IPARO - Aluguel de equipamentos	03/10/2022	54.105
STE-PM-2021-4093	XPTT	EPC - Linha de transmissão	14/06/2021	14.630.289
STE-PM-2021-4101	Topocart	Topografia	18/06/2021	34.313
STE-PM-2021-4107	Marte	Projeto básico e executivo	17/06/2021	318.007
STE-PM-2021-4160	Marte	Projeto de estrutura	15/10/2021	155.925
STE-PM-2021-4358	GEO Advance	Sondagem	24/08/2021	268.748
STE-PM-2021-5411	Brametal	Estrutura	28/04/2022	15.440.654
STE-PM-2022-6222	Belgo	Cabo Estai	18/05/2022	1.257.755
STE-PM-2022-6307	PLP	Acessorios	24/05/2022	1.184.081
STE-PM-2022-6567	Vercon	Industrialização das estacas e tirantes	04/06/2022	568.309
STE-PM-2022-6567	Vertice	Industrialização das estacas e tirantes	04/06/2022	998.152
STE-PM-2022-6222	Sae Towers	ferragens de cadeias e acessórios para cabos condutores e pára-raios	20/05/2022	4.449.480
STE-PM-2022-6309	Prysmian	cabos de para-raios e cabos de OPGW	20/05/2022	581.419
PO_000865	Votorantim	cimento	31/05/2022	330.844
PO_000867	Ciplan	cimento	31/05/2022	160.380
PO_000872	Gerdau 2	Aços	31/05/2022	830.194
PO_001540	Posto Bonfinopolis	Combustível	23/09/2022	985.000
PO_001542	Posto Tres Barras	Combustível	23/09/2022	870.000
PO_001543	Posto JM Eirelli	Combustível	23/09/2022	930.000
PO_001544	Posto União-2	Combustível	23/09/2022	790.000
PO_001545	Sabor Da Carne 3	Refeições	23/09/2022	2.461.304
PO_001539	Versátil	Projetos/Estudos	23/09/2022	49.680
STE-PM-2021-4126	CET	EPC - Subestação	14/07/2021	82.744.414
STE-PM-2021-4144	Tractebel	Projeto Executivo	28/09/2022	588.534
STE-PM-2022-7445	Procel	Construção	07/10/2022	6.570.359
STE-PM-2022-7859	Brafer	Estruturas de aço	28/11/2022	2.753.344
STE-PM-2022-7766	JWZN/EPEI	Reator seco	21/12/2022	10.000.000
STE-PM-2021-4418	E-guana	SIGET	09/12/2021	39.030
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	1.572.844
STE-AD-2022-7893	CET	Contrato EPC - projeto de reforço	06/10/2022	30.717.303
STE-PM-2022-7854	Procel	Construção	06/10/2022	2.878.134
STE-PM-2022-8194	Brafer	Estruturas de aço	28/11/2022	1.127.711
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	728.586
XRTE-ENG-2018-0547	ACX Engenharia Ltda.	Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações/sedes e subdesdes de manutenção e operação	31/10/2018	100.000
XRTE-ADM-2019-0985	Doraci Maria Faiz Kuster	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	18.928
XRTE-AD-2021-3908	Lacus Service Locação Eireli	Contrato serviço de limpeza SS Xingu	08/03/2021	163.219
XRTE-AD-2021-4164	J. S. Soares Transportes Ltda.	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	221.485
XRTE-UHV-2021-4172	Bird Solutions e Tecnologia - Eireli	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	35.000
XRTE-UHV-2021-4473	Wecom Com Dist e Serv em Tec da Informação S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	154.581
				257.266.979

Cronograma de vencimento
2024

Em R\$
257.266.979
257.266.979

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Unificação STE: Em 29 de fevereiro de 2024 foi realizada a unificação parcial de STE referente às seguintes instalações que entraram em operação: (i) em 17 de dezembro de 2023: SE SILVÂNIA 500 KV; Seccionamento da LT 500KV SAMAMBAIA - ITUMBIARA dando origem a duas novas Linhas de Transmissão LT 500 kV SAMAMBAIA - SILVÂNIA C1 e LT SILVÂNIA - ITUMBIARA C2; Banco de Reatores de Barra 500 kV 3 x 50 MVar. (ii) ainda em 17 de dezembro de 2023 referêntia a referida operação, parcial ou integralmente, por um novo empréstimo com perfil de curto ou longo prazo, a ser definido pelas opções favoráveis de mercado no momento da pretendida emissão.

33.2 Pagamento de mútuo STE: Em 29 de março de 2024 finda a vigência do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("STE") e sua controladora State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"). A Companhia estuda substituir a referida operação, parcial ou integralmente, por um novo empréstimo com perfil de curto ou longo prazo, a ser definido pelas opções favoráveis de mercado no momento da pretendida emissão.

33.3 Constituição Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia Elétrica S.A. (GATE): No dia 29/01/2024 ocorreu a constituição da Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia Elétrica S.A., a companhia tem como objeto social único e exclusivo a implantação e exploração, com a operação e manutenção do empreendimento das instalações de transmissão nos estados Piauí, Maranhã, Tocantins e Goiás, conforme Edital de Leilão nº 002/2023 ANEEL. **33.4 Colisão torre LT 500 kV Ribeirãozinho - Catxerê:** Em 06/01/2024, a LT 500 kV Ribeirãozinho/Rio Verde Norte C2, sob concessão da Catxerê Transmissora de Energia S.A., foi desligada automaticamente devido à colisão de uma máquina agrícola com uma torre de transmissão. Submetemos um relatório técnico a ONS com o objetivo de impedir a cobrança de cerca de R\$ 3.500.000 por meio da aplicação de desconto da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI sobre a receita da Companhia, sob o argumento de ocorrência de caso fortuito ou força maior.

33.5 Processo nº 1004573-44.2024.4.01.3400 - Paranaíta: A PRTE busca por meio de um pedido de tutela antecipada impedir qualquer bloqueio no recebimento de sua RAP (Receita Anual Permitida) em decorrência de um acidente com derrubada de torres causada por máquina agrícola no estado do Mato Grosso conforme processo nº 1004573-44.2024.4.01.3400, iniciado em janeiro de 2024. O valor de exposição possível do caso é de R\$ 22.188.205 (vinte e dois milhões, cento e oitenta e oito mil e duzentos e cinco reais). Atualmente a empresa possui uma liminar no caso que garante o não desconto de valores até o julgamento do mérito do processo. A Companhia possui garantia desse processo no valor de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais).

DIRETORIA

Tao Sun
Diretor Presidente

Ramon Sade Hadded
Diretor Vice-Presidente

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

continua ★





STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
 国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
 CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.
 Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja as Notas 6.4, 12 e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato à medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas à construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis aos preços dos contratos; (iii) Verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior; (iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.216/2023 e nº 3.067/2022, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); (v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
 Contador CRC RJ-086312/O-6

